



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

30 de setembro de 2021

Índice das Informações Trimestrais

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes	4
Informações Trimestrais	
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	13
Relação dos Administradores	33
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	34
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	35

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Informações Trimestrais do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Reunião da Diretoria realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$55.000 milhões (R\$110,09 por ação ordinária e R\$121,10 por ação preferencial, líquidos em reais por ação; R\$129,52 por ação ordinária e R\$142,47 por ação preferencial, brutos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 06 de janeiro de 2021.

Política de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.668 milhões em 30 de setembro de 2021, apresentando evolução de 19% em relação a R\$1.405 milhões em 31 de dezembro de 2020. O lucro líquido apresentado no período findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$120 milhões (30/09/2020 - R\$138 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de setembro de 2021, os ativos totais atingiram R\$10.647 milhões (31/12/2020 – R\$11.392 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$8.665 milhões (31/12/2020 – R\$9.345 milhões).

Em 30 de setembro de 2021, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.296 milhões (31/12/2020 – R\$4.501 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$4.892 milhões (31/12/2020 – R\$4.402 milhões).

Conjuntura Econômica

Ao final do terceiro trimestre de 2021, o Banco RCI Brasil observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 5,0% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é menor à observada no final do segundo trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou aquém do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,2% para segundo trimestre de 2021. Os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior, (também estimávamos alta de 0,2%) e reforçamos nossa expectativa de que a economia brasileira crescerá 5,1% em 2021.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ainda neste trimestre, o Banco RCI Brasil testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 9,68%, patamar bastante acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e também superior ao valor de 8,5% projetado pelo Banco RCI Brasil para o mesmo ano. O Banco RCI Brasil entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 4,25% a.a. para 6,25% a.a. entre o trimestre anterior e a última reunião do Copom. O Banco RCI Brasil julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco RCI Brasil projeta que a taxa Selic atingirá 8,25% a.a. ao final de 2021 e 8,5% a.a. no encerramento de 2022.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco RCI Brasil viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o segundo trimestre de 2021 cotada a R\$5,00/US\$. Ou seja, abaixo da cotação de R\$5,80/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2021 cotada a R\$5,25/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco RCI Brasil julgou favorável e que teve como destaque o seguinte tema: o processo de reabertura e da retomada da atividade econômica. Em relação a Pandemia do Coronavírus, a preocupação com a variante Delta é menor (na margem), uma vez que a situação está aparentemente sob controle (do ponto de vista de hospitalização e mortes). Na China, a preocupação com a desaceleração econômica no início do segundo semestre já provocou uma reação do governo chinês, que voltou a adicionar estímulos à economia (principalmente pelo canal do crédito). Vale ressaltar que este estímulo será menor que o de 2020, mas deve reduzir os riscos de uma desaceleração pronunciada adiante. Do lado da inflação, o cenário tem evoluído com o arrefecimento desta nas últimas leituras. Com os preços das commodities perdendo ritmo recentemente, o efeito base se dissipando e os gargalos ocasionados pela reabertura das economias sendo solucionados, os últimos dados já mostram a inflação começando a ceder, embora ainda siga mostrando números consideravelmente acima da meta. Portanto, embora a variação do IPCA deva terminar acima da meta de inflação em 2021 e 2022, continuamos avaliando que haverá trajetória de convergência para patamares mais baixos, com o cumprimento da meta em 2023 sendo um cenário factível.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período findo em 30 de setembro de 2021, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Informações Trimestrais.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 11 de novembro de 2021.

O Conselho de Administração

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Nunes Machado, 68 – Torre A - 10º andar
80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações financeiras intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos



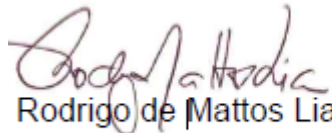
relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações financeiras intermediárias individuais e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado individual não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7



Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP-252418/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial

	Notas Explicativas	30/09/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		4.990.973	5.507.911
Disponibilidades	4	31.905	38.033
Instrumentos Financeiros		4.921.145	5.315.564
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	614.000	618.112
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	104.105	152.512
Operações de Crédito	8.b	3.952.609	4.343.798
Outros Ativos Financeiros	6	250.431	201.142
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	88.074	188.476
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(100.809)	(106.080)
Outros Ativos	10	47.537	68.723
Ativos Fiscais Correntes	9.a	3.121	3.195
Ativo não Circulante		5.656.282	5.883.672
Instrumentos Financeiros		5.183.376	5.277.708
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	567.565	651.484
Instrumentos Financeiros Derivativos		107.652	-
Operações de Crédito	8.b	4.508.159	4.626.224
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	116.389	186.668
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(163.113)	(163.366)
Outros Ativos	10	209.906	211.716
Ativos Fiscais Diferido	9.b	306.300	367.132
Imobilizado de Uso	11	3.254	3.560
Imobilizado de Uso		6.519	6.440
Depreciações Acumuladas		(3.265)	(2.880)
Intangível	12	170	254
Ativos Intangíveis		5.853	5.834
Amortizações Acumuladas		(5.683)	(5.580)
Total do Ativo		10.647.255	11.391.583

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	30/09/2021	31/12/2020
Passivo Circulante		2.717.069	3.715.227
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		2.328.023	3.279.805
Depósitos	13.a	957.705	1.552.447
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	1.293.943	1.561.842
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	72.384	165.499
Outros Passivos Financeiros		3.991	17
Outros Passivos	14	228.505	330.132
Obrigações Fiscais	9.c	160.541	105.290
Passivo não Circulante		6.262.003	6.270.903
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		5.957.098	5.947.683
Depósitos	13.a	2.338.453	2.948.514
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	3.597.789	2.840.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	20.856	159.087
Outros Passivos	14	200.732	211.211
Obrigações Fiscais	9.c	104.173	112.009
Patrimônio Líquido	16	1.668.183	1.405.452
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		579.912	459.101
Ajustes de Avaliação Patrimonial		103.046	(38.874)
Total do Patrimônio Líquido		1.668.183	1.405.452
Total do Passivo		10.647.255	11.391.583

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados

	Nota	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Receitas da Intermediação Financeira		388.865	1.130.518	381.062	1.186.973
Operações de Crédito		275.280	819.224	277.281	874.503
Operações de Arrendamento Mercantil		95.151	273.983	93.159	273.659
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		15.536	31.766	9.696	31.196
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.898	5.545	926	7.615
Despesas da Intermediação Financeira		(257.945)	(736.633)	(272.190)	(818.110)
Operações de Captação no Mercado		(122.278)	(289.581)	(79.781)	(292.291)
Operações de Arrendamento Mercantil		(90.888)	(267.050)	(88.905)	(244.152)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(33.802)	(89.381)	(36.873)	(117.722)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(10.977)	(90.621)	(66.631)	(163.945)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		130.920	393.885	108.872	368.863
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(66.704)	(185.098)	(49.425)	(151.659)
Receitas de Prestação de Serviços		2.995	8.664	2.723	8.717
Rendas de Tarifas Bancárias	18	13.156	43.970	15.022	44.156
Despesas de Pessoal		(11.223)	(33.969)	(9.877)	(32.632)
Outras Despesas Administrativas	19	(53.098)	(153.383)	(43.452)	(137.028)
Despesas Tributárias		(7.625)	(23.139)	(7.202)	(24.390)
Outras Receitas Operacionais	20	24.816	64.868	17.579	63.680
Outras Despesas Operacionais	21	(35.725)	(92.109)	(24.218)	(74.162)
Resultado Operacional		64.216	208.787	59.447	217.204
Resultado não Operacional	22	1.267	12.845	10.410	23.799
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		65.483	221.632	69.857	241.003
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.d	(33.985)	(98.212)	(29.879)	(99.268)
Provisão para Imposto de Renda		(32.868)	(79.518)	(21.128)	(60.089)
Provisão para Contribuição Social		(18.696)	(47.261)	(19.479)	(58.826)
Ativo Fiscal Diferido		17.579	28.567	10.728	19.647
Participação dos Empregados no Lucro		(894)	(2.609)	(945)	(2.754)
Lucro Líquido		30.604	120.811	39.033	138.981

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Lucro Líquido	30.604	120.811	39.733	138.981
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas	47.878	141.920	38.345	7.825
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	21	24	(17)	(22)
Ajuste ao Valor de Mercado	39	45	(33)	(42)
Imposto de Renda	(18)	(21)	16	20
Hedges de fluxo de caixa	47.857	141.896	38.362	7.847
Ajuste ao Valor de Mercado	92.469	273.296	73.150	18.625
Imposto de Renda	(44.612)	(131.400)	(34.788)	(10.778)
Resultado Abrangente	78.482	262.731	78.078	146.806

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	985.225	62.046	324.711	(57.139)	-	1.314.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	7.823	-	7.823
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	(48.561)	-	-	(48.561)
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	138.981	138.981
Destinações:						
Reserva Legal	-	4.997	-	-	(4.997)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	94.951	-	(94.951)	-
Saldos em 30 de setembro de 2020	985.225	67.043	371.101	(49.316)	39.033	1.413.086
Saldos em 31 de dezembro de 2020	985.225	71.076	388.025	(38.874)	-	1.405.452
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	141.920	-	141.920
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	120.811	120.811
Destinações:						
Reserva Legal	-	6.041	-	-	(6.041)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	114.770	-	(114.770)	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	985.225	77.117	502.795	103.046	-	1.668.183

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

	Nota	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		120.811	138.981
Ajustes ao Lucro Líquido		74.196	102.466
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	89.381	117.722
Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	9.d	(28.567)	(19.647)
Depreciações e Amortizações		489	682
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	16.369	8.039
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(2.637)	(3.146)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(839)	(1.184)
Variações em Ativos e Passivos		(721.792)	6.356
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(64.752)	117.880
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		585.030	1.166.171
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(49.289)	305.181
Redução (aumento) em Outros Créditos		158.241	88.700
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		-	10.791
Redução em Depósitos		(1.204.803)	(666.433)
Redução Aumento em Outras Obrigações		(113.728)	(923.829)
Impostos Pagos		(32.491)	(92.105)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(526.785)	247.803
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de uso		(80)	(1.397)
Aplicações no Intangível		(19)	(3)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	(305)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(99)	(1.705)
Atividades de Financiamento			
Emissão de Obrigações de Longo Prazo		1.847.844	397.185
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(1.284.450)	(159.467)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	(46.750)	(111.460)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		516.644	126.258
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(10.240)	372.356
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	4	656.145	406.438
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	645.905	778.794

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Nota	01/01 a 30/09/2021		01/01 a 30/09/2020	
Receitas da Intermediação Financeira		1.039.897		1.023.029	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		52.635		52.873	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(89.381)		(117.722)	
Outras Receitas (Despesas)		(14.396)		13.318	
Despesas da Intermediação Financeira		(556.631)		(536.443)	
Insumos de Terceiros		(151.968)		(135.718)	
Serviços de Terceiros		(59.917)		(59.333)	
Outros		(92.051)		(76.385)	
Valor Adicionado Bruto		280.156		299.337	
Retenções:					
Depreciações e Amortizações		(489)		(682)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		279.667		298.655	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		31.199	11%	30.811	10%
Remuneração		22.454		21.689	
Benefícios		5.307		5.261	
FGTS		2.174		2.092	
Outras		1.264		1.769	
Impostos, Taxas e Contribuições		126.731	45%	128.232	43%
Federais		122.767		123.764	
Municipais		3.964		4.468	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		926	0%	631	0%
Remuneração de Capitais Próprios		120.811	43%	138.981	47%
Total		279.667	100%	298.655	100%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução CMN nº 4.818/2020 revogou a Resolução CMN nº 4.720/2020. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 30 de setembro de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

A preparação das Informações Trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de ativos e passivos fiscais diferidos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Informações Trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2021 na reunião realizada em 11 de novembro de 2021.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Alterações em Práticas Contábeis:

Não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021, com exceção das alterações mencionadas nos parágrafos a seguir

a.1) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº. 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta Circular Bacen nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras.

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

- a) próprios;
- b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a.2) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

c) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

d) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

f) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

g) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

h) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "Hedge" de risco de mercado; e
- II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

i) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

j) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

I.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logotipos.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

n) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Trimestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Informações Trimestrais.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25 % com vigência a partir de 1º de março de 2021, decorrente a MP 1.034 de 01/03/21.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os ativos fiscais diferidos são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização ativos fiscais

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

diferidos, conforme demonstrada na Nota 9.b.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

q) Juros sobre o Capital Próprio

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

s) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Informações Trimestrais são revisadas pelo menos Trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

t) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI Brasil considera que o lucro líquido do Banco do período findo de 30 setembro 2021, no montante de R\$ 120.811 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
Disponibilidade	31.905	38.033	38.794	9.383
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	614.000	618.112	740.000	397.055
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	614.000	618.112	740.000	397.055
Total	645.905	656.145	778.794	406.438

As informações relativas a 31 de dezembro de 2020, 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**a) Títulos e Valores Mobiliários****I) Resumo da Carteira por Categorias**

			30/09/2021	31/12/2020
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	671.685	(15)	671.670	803.996
Títulos Públicos	104.120	(15)	104.105	152.735
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	104.120	(15)	104.105	152.735
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	567.565	-	567.565	651.261
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	567.565	-	567.565	651.261
Total de Títulos e Valores Mobiliários	671.685	(15)	671.670	803.996
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Ativo	671.685	(15)	671.670	803.996

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

II) Abertura por Vencimento

	30/09/2021		
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 Meses	Total
Títulos Disponíveis para Venda	104.105	567.565	671.670
Títulos Públicos	104.105	-	104.105
LFT	104.105	-	104.105
Títulos Privados	-	567.565	567.565
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	-	567.565	567.565
Total	104.105	567.565	671.670

(1) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/09/2021	31/12/2020
Ativo		
"Swap" Negociação – Diferencial a Receber	6.388	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	8.024	-
Total	14.412	-
Passivo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	-	324.586
Total	-	324.586

No período findo em 30 de setembro de 2021, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$90.621 (31/12/2020 - R\$222.285)."

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/09/2021			31/12/2020		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" – Negociação						
Ativo	650.000	668.925	671.856	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	650.000	668.925	671.856	-	-	-
Passivo	(650.000)	(668.423)	(665.468)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	(650.000)	(668.423)	(665.468)	-	-	-
"Swap" - Negociação	-	502	6.388	-	-	-

III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre abril de 2018 a setembro de 2021 e os vencimentos são entre outubro de 2021 e novembro de 2024.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

	30/09/2021			31/12/2020		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	3.629.820	3.834.182	3.928.388	4.556.020	4.787.791	4.828.355
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	3.629.820	3.834.182	3.928.388	4.556.020	4.787.791	4.828.355
Passivo	(3.629.820)	(3.985.063)	(3.920.364)	(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)
Taxa de Juros Pré - Reais	(3.629.820)	(3.985.063)	(3.920.364)	(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	(150.881)	8.024	-	(210.194)	(324.586)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
	30/09/2021			
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(3.629.820)	(3.985.063)	(3.920.364)	8.014.389

Estratégias	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
	31/12/2020			
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)	(5.577.268)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$199.199 (31/12/2020 - R\$74.097) brutos e R\$103.045 (31/12/2020 - R\$38.874) líquido dos efeitos tributários.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

	Valor Referencial				
				30/09/2021	31/12/2020
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	650.000	-	-	650.000	-
Operações de Hedge	521.120	1.247.500	1.861.200	3.629.820	4.556.020
Total	1.171.120	1.247.500	1.861.200	4.279.820	4.556.020

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$250.431 (31/12/2020-R\$201.142) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "*banking*", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de setembro de 2021, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(989)	(23.857)	(45.151)
Total ⁽¹⁾		(989)	(23.857)	(45.151)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	30/09/2021	31/12/2020
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	593.894	871.525
Financiamentos - CDC Veículos	7.866.874	8.098.497
Operação de Arrendamento	204.463	375.144
Total	8.665.231	9.345.166

Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	30/09/2021	31/12/2020
Vencidas	67.981	54.193
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.392.991	1.734.199
De 3 a 12 Meses	2.579.711	2.743.881
De 1 a 5 Anos	4.621.105	4.810.552
Acima de 5 Anos	3.443	2.341
Total	8.665.231	9.345.166

b) Carteira de Créditos

	30/09/2021	31/12/2020
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	593.894	871.525
Financiamentos - CDC Veículos	7.866.874	8.098.497
Total	8.460.768	8.970.022

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito	30/09/2021	31/12/2020
Vencidas	64.074	48.513
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.359.121	1.679.172
De 3 a 12 Meses	2.593.488	2.616.113
De 1 a 5 Anos	4.440.642	4.623.883
Acima de 5 Anos	3.443	2.341
Total	8.460.768	8.970.022

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Carteira de Arrendamento

	30/09/2021	31/12/2020
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	239.582	455.792
Arrendamentos a Receber	74.957	141.076
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	164.625	314.716
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(71.195)	(134.795)
Valores Residuais a Balancear	(164.625)	(314.716)
Outros Valores e Bens	377	475
Imobilizado de Arrendamento	678.364	1.072.059
Credores por Antecipação de Valor Residual	(478.040)	(703.671)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	204.463	375.144

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Carteira de Arrendamento por Vencimento

Carteira de Arrendamento a Valor Presente (parcela)		30/09/2021	31/12/2020
Vencidas		3.907	5.680
A Vencer:			
Até 3 Meses		5.393	55.027
De 3 a 12 Meses		78.774	127.768
De 1 a 5 Anos		116.389	186.669
Total		204.463	375.144

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	30/09/2021	31/12/2020
Indústria	51.455	42.266
Comércio	785.258	1.045.655
Instituições Financeiras	603	379
Serviços e Outros	358.747	291.374
Pessoas Físicas	7.467.801	7.964.455
Agricultura	1.367	1.037
Total	8.665.231	9.345.166

e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco (contrato)

							30/09/2021	
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão		
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
AA	-	289.144	-	289.144	-	-	-	
A	0,5%	6.841.379	-	6.841.379	34.207	-	34.207	
B	1%	684.221	164.751	848.972	8.490	-	8.490	
C	3%	178.377	159.356	337.733	10.131	-	10.131	
D	10%	36.228	69.269	105.497	10.550	-	10.550	
E	30%	12.239	42.937	55.176	16.553	8.948	25.501	
F	50%	4.817	36.018	40.835	20.417	8.147	28.564	
G	70%	6.666	23.068	29.734	20.813	8.905	29.718	
H	100%	14.675	102.086	116.761	116.761	-	116.761	
Total		8.067.746	597.485	8.665.231	237.922	26.000	263.922	

							31/12/2020	
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão		
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
AA	-	364.216	-	364.216	-	-	-	
A	0,5%	7.498.616	-	7.498.616	37.493	-	37.493	
B	1%	762.515	139.802	902.317	9.023	-	9.023	
C	3%	149.158	116.904	266.062	7.982	13.631	21.613	
D	10%	49.007	55.762	104.769	10.477	20.901	31.378	
E	30%	11.874	44.368	56.242	16.873	11.220	28.093	
F	50%	14.653	22.240	36.893	18.447	7.360	25.807	
G	70%	3.238	19.759	22.997	16.097	6.888	22.985	
H	100%	15.021	78.033	93.054	93.054	-	93.054	
Total		8.868.298	476.868	9.345.166	209.446	60.000	269.446	

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Saldo Inicial	269.446	181.679
Constituição (Reversão)	89.381	117.722
Baixas	(94.905)	(81.849)
Saldo Final	263.922	217.552
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	16.402	12.326

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No período findo em 30 de setembro de 2021 as renegociações atingiram o montante de R\$245.810 (31/12/2020 R\$492.978).

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar.

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em			Saldos em
	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição	Realização	30/09/2021
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	474.226	473.830	213.224	62.149	(59.995)	215.378
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	7.473	7.782	3.502	2.676	(2.784)	3.394
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	108.050	100.485	44.727	3.712	(308)	48.131
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	12.615	14.456	6.505	574	(1.371)	5.708
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	614	110.608	49.774	-	(49.494)	280
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	643	116.002	5.394	-	(5.364)	30
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	5.789	5.065	2.279	1.175	(827)	2.627
Outras Provisões Temporárias	67.455	69.021	31.059	-	(307)	30.752
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	676.222	781.247	356.464	70.286	(120.450)	306.300
Prejuízos Fiscais	-	42.673	10.668	-	(10.668)	-
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	676.222	823.920	367.132	70.286	(131.118)	306.300

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, o Banco RCI Brasil não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	30/09/2021				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Fiscais	Total
2021	12.420	12.419	4	-	24.843
2022	50.041	40.011	15	-	90.067
2023	47.036	37.629	11	-	84.676
2024	49.331	39.465	-	-	88.796
2025	4.553	3.151	-	-	7.704
2026 a 2030	5.674	4.540	-	-	10.214
Total	169.055	137.215	30	-	306.300

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$291.792 (31/12/2020 - R\$351.012), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	30/09/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Pagar	6.794	15.156
Passivos Fiscais Diferidos	192.393	150.097
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	65.526	52.046
Total	264.713	217.299

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Saldos em	
	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição	Realização	30/09/2021
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	5.612	-	-	2.560	-	2.560
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	5.886	-	-	274	-	274
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	152.143	1.507	679	68.737	-	69.415
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	159.563	1.581	74	7.346	-	7.420
Superveniência de Arrendamento Mercantil	450.896	597.379	149.344	-	(36.621)	112.724
Total	774.100	600.467	150.097	78.917	(36.621)	192.393

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias				30/09/2021
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	Total	
2021	35.016	4.930	962	40.908	
2022	44.958	15.776	3.847	64.581	
2023	44.831	11.831	2.884	59.546	
2024	24.348	-	-	24.348	
2025	3.010	-	-	3.010	
Total	152.163	32.537	7.693	192.393	

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	65.484	221.633	69.858	241.003
Participações no Lucro	(894)	(2.609)	(945)	(2.754)
Resultado antes dos Impostos	64.590	219.024	68.913	238.249
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(40.017)	(109.512)	(31.011)	(107.212)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	690	1.294	441	984
Demais Ajustes CSLL 5%	2.924	7.697	-	5.977
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL	2.351	2.351	-	-
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	66	(42)	690	983
Imposto de Renda e Contribuição Social	(33.986)	(98.212)	(29.880)	(99.268)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Outros Ativos	30/09/2021	31/12/2020
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	182.633	180.480
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	3.413	3.781
Para Interposição de Recursos Cíveis	23.387	26.641
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	11.263	27.969
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas	35.116	39.018
Outros	1.631	2.550
Total	257.443	280.439

11. Imobilizado de Uso

	30/09/2021		31/12/2020	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.727	(1.255)	1.472	1.567
Sistemas de Segurança e Comunicações	145	(118)	27	31
Sistemas de Processamento de Dados	1.031	(789)	242	298
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.616	(1.103)	1.513	1.664
Total	6.519	(3.265)	3.254	3.560

12. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.853 (31/12/2020- R\$5.834) como custo de aquisição e R\$5.683 (31/12/2020 - R\$5.580) de amortização acumulada.

13. Captação de Recursos

a) Depósitos

	30/09/2021				31/12/2020	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	513.646	730.183	1.878.828	3.122.657	4.355.893
Depósitos a Prazo ⁽²⁾	-	138.524	8.193	16.560	163.277	136.641
Outros Depósitos ⁽³⁾	10.224	-	-	-	10.224	8.427
Total	10.224	652.170	738.376	1.895.388	3.296.158	4.500.961

(1) Inclui o valor de R\$1.264.331 (31/12/2020 - R\$1.969.612) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 18 de maio de 2018 até 18 de agosto de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2024.

(2) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre 11 de outubro de 2019 até 30 de setembro de 2021 e prazo de vencimento entre 2021 e 2024 com possibilidade de antecipação.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	30/09/2021			31/12/2020	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	97.909	258.527	961.301	1.317.737	1.074.301
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	-	937.507	2.636.488	3.573.995	3.327.623
Total	97.909	1.196.034	3.597.789	4.891.732	4.401.924

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 15 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2025.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$150. Possuem data de emissão entre 18 de abril 2018 a 23 de setembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025 sem possibilidade de antecipação.

(3) Em 30 de setembro de 2021, inclui o valor de R\$408.817 (31/12/2020 - R\$446.805) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 30 de setembro de 2021, inclui o valor de R\$2.489.968 (31/12/2020 - R\$3.160.851) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Outros Passivos

	30/09/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias	2.505	53.622
Diversas	426.732	487.713
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	171.345	166.943
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	165.455	201.972
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	3.638	12.608
Provisões com Despesas de Comissões	13.718	11.212
Provisões com Despesas Profit Share	8.429	13.084
Provisões com Campanhas de Publicidade	15.369	29.909
Outras	48.778	51.993
Total	429.237	541.343

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/09/2021	31/12/2020
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	151.258	144.705
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	20.087	22.238
Ações Trabalhistas	12.614	14.456
Ações Cíveis	7.473	7.782
Total	171.345	166.943

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/09/2021			01/01 a 30/09/2020		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	144.705	14.456	7.782	137.391	13.138	15.837
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	8.163	(1.068)	8.824	7.833	1.218	(1.012)
Pagamentos	(1.610)	(774)	(9.133)	(1.163)	(304)	(6.098)
Saldo Final	151.258	12.614	7.473	144.061	14.052	8.727
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	182.633	3.537	23.387	178.942	-	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e COFINS - R\$14.421 (31/12/2020 - R\$14.252): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$115.974 (31/12/2020 - R\$114.449): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$43.040 para ações cíveis, R\$1.862 para ações trabalhistas e R\$232.847 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2020 - R\$45.011, R\$1.619 e R\$209.846, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$127.596 (31/12/2020 - R\$116.666): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	30/09/2021						
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação			
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto		Líquido	
Ordinárias				Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	55.000	(8.250)	46.750	129,52	142,47	110,09	121,10
Dividendos (2)	4.731	-	4.731	11,14	12,26	11,14	12,26
Total	59.731	(8.250)	51.481				

(1) Deliberado na reunião de diretoria de 30 de dezembro de 2020 e pagamento foi realizado em 06 de janeiro de 2021.

(2) Valor correspondente entre o mínimo exigido e o saldo de JCP deliberado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2021 foi fixado o valor máximo de R\$4.853 (2020 - R\$4.335). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	961	1.043
Remuneração Variável	96	98
Outras	563	705
Total	1.620	1.846

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2021, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$352 (30/09/2020 - R\$841).

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)			
	30/09/2021	31/12/2020	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Disponibilidades	31.799	38.033	-	-	-	-
Banco Santander(3)	31.799	38.033	-	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	44.000	188.013	998	4.225	1.671	4.987
Banco Santander(3)	44.000	188.013	998	4.225	1.671	4.987
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	567.565	651.261	10.691	17.838	3.095	15.919
FIDC Venda de Veículos(9)	567.565	651.261	10.689	17.836	2.933	15.757
FIDC RCI Brasil I(9)	-	-	2	2	162	162
Operações de Crédito	2.549	3.509	10.707	26.604	5.653	22.440
Renault do Brasil S.A.(4)	281	1.502	2.961	9.254	3.191	11.278
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.(4)	428	337	1.577	3.225	736	2.160
Nissan do Brasil S.A.(4)	1.840	1.670	6.169	14.125	1.725	9.002
Valores a Receber de Sociedades Ligadas(6)(10)	11.263	28.408	35.363	111.601	45.666	144.009
Renault do Brasil S.A.(4)	10.515	24.378	31.467	95.013	37.156	115.214
Nissan do Brasil S.A.(4)	695	3.952	3.744	15.950	8.232	27.816
FIDC Venda de Veículos(9)	-	-	54	181	34	135
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	53	78	98	457	244	844
Depósitos Interfinanceiros	(2.570.664)	(3.565.452)	(54.021)	(144.513)	(43.917)	(147.441)
Banco Santander(3)	(2.570.664)	(3.565.452)	(54.021)	(144.513)	(43.917)	(147.441)
Recursos de Aceites Cambiais	(477.078)	(296.314)	(5.772)	(10.247)	(1.388)	(7.229)
Renault do Brasil S.A.(4)	-	-	-	-	-	(538)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.(8)	(167.668)	(75.560)	(1.836)	(2.914)	(347)	(1.793)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda.(4)	(159.642)	(174.201)	(2.135)	(4.358)	(820)	(3.514)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	(14.529)	(13.935)	(167)	(354)	(56)	(189)
FIDC Venda de Veículos (9)	(135.239)	(32.618)	(1.634)	(2.621)	(166)	(1.195)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(51.481)	-	-	-	-
RCI Banque (3)	-	(30.945)	-	-	-	-
Banco Santander (3)	-	(20.536)	-	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(8.340)	(10.388)	(14.983)	(49.684)	(16.388)	(48.151)

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Informações Semestrais	Notas Explicativas	Declaração dos Diretores			
<i>*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.</i>							
Banco Santander(3)		-	-	(3.252)	(9.171)	(2.922)	(7.941)
RCI Banque(1)(3)		(648)	(3.136)	(837)	(6.918)	(510)	(1.475)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.(1)(5)		(2.132)	(2.216)	(3.149)	(9.598)	(4.587)	(12.135)
Nissan do Brasil S.A.(4)		(5.560)	(5.036)	(7.745)	(23.997)	(8.370)	(26.600)
Outras Obrigações - Diversas		(43)	(32)	(545)	(2.035)	(724)	(2.385)
Pessoal Chave da Administração		-	-	(409)	(1.620)	(575)	(1.846)
Santander Brasil Tecnologia S.A		-	-	(7)	(33)	(34)	(193)
Renault do Brasil S.A.(4)		(24)	(17)	(71)	(213)	(50)	(161)
Nissan do Brasil S.A.(4)		(19)	(15)	(58)	(169)	(65)	(183)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil(2)(9)		-	-	-	-	-	(2)

- (1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.
(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.
(3) Controladores da Companhia (Nota 18.c).
(4) Coligadas da controladora RCI Banque.
(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.
(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.
(7) Subsidiária do controlador Banco Santander.
(8) Controladas da controladora RCI Banque.
(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.
(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos

18. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	11.729	39.701	12.860	38.793
Outras	1.427	4.269	2.162	5.363
Total	13.156	43.970	15.022	44.156

19. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Serviços do Sistema Financeiro	4.861	14.958	4.813	13.412
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	20.195	54.566	17.884	59.333
Propaganda e Publicidade	14.897	38.045	8.266	28.363
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	3.149	9.598	4.587	12.135
Convênio Operacional RCI Banque	837	6.918	510	1.475
Serviços de Processamento de Dados	6.342	20.751	5.527	14.456
Transportes e Viagens	140	333	115	1.144
Outras	2.676	8.213	1.750	6.710
Total	53.097	153.382	43.452	137.028

20. Outras Receitas Operacionais

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Atualização de Depósitos Judiciais	(105)	2.637	1.933	3.138
Atualização de Impostos a Compensar	(76)	839	757	1.184
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	6.157	7.035	6.464	7.035
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	13.578	37.676	11.147	35.785
Reversão de Provisões Operacionais	15.189	16.038	12.995	16.051
Outras	605	643	(306)	53
Total	35.348	64.868	33.424	63.680

- (1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

21. Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	19.392	44.464	18.627	42.440
Provisões Operacionais				
Cíveis (Nota 15.c)	9.660	15.327	16.661	13.473
Fiscais (Nota 15.c)	980	6.157	2.117	5.923
Trabalhista (Nota 15.c)	488	2.050	413	2.067
Gastos com Cobrança de Contratos em Atraso	10.968	17.343	1.211	5.234
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	535	1.623	385	1.399
Atualização Monetária Contingência Fiscal	1.156	2.337	591	2.484
Outras	2.342	2.808	795	1.143
Total	45.521	92.109	40.799	74.162

22. Resultado Não Operacional

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Resultado com Bens não de Uso Próprio	1.265	13.013	10.466	24.354
Perdas de Capital	2	(168)	(56)	(555)
Total	1.267	12.845	10.410	23.799

23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Informações Trimestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas do Banco Santander, referentes ao período em 30 de setembro de 2021, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco RCI Brasil monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco RCI Brasil mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
Denis Ferro Junior
João Miguel dos Santos Leandro

Conselheiros Suplentes

Marcio Giovannini
Enrico Rossini
Fabien Jean Michel Tournier
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Diogo Rodrigues de Sousa Lima

DIRETORIA

Diretor Presidente e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/O-4

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 11 de novembro de 2021.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, sobre as Informações Trimestrais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretores Presidentes e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 11 de novembro de 2021.